

*À memória de todos os que lá tombaram e
nunca puderam reler os aerogramas
e cartas que escreveram.*

*A todas as mães, pais, irmãs, irmãos, esposas,
noivas, namoradas e amigos que, de repente,
deixaram de receber correspondência
de África.*

ÍNDICE

Nota Prévia	11
Introdução	13
Linha do Equador, a bordo do <i>Vera Cruz</i> , 11 de Janeiro de 68	19
<i>Mapa de Angola / Zaire</i>	20
Do Grafanil, 17 de Janeiro de 68	21
De Tomboco, 24 de Janeiro a 17 de Abril de 68	23
De Lufico, 12 de Maio de 68	33
De Tomboco, 18 de Maio de 68	35
De Zau-Évua, 4 de Junho de 68	37
De São Salvador, 9 de Junho de 68	39
De Tomboco, 15 de Junho de 68	42
De Quiximba, 2 de Julho a 19 de Outubro de 68	43
<i>Na Mata</i>	44
<i>Tomboco, meu bom Tomboco</i>	46
<i>Asas Negras</i>	58
De Luanda, 9 de Dezembro de 68	65
De Quiximba, 12 de Dezembro de 68 a 10 de Julho de 69	66
<i>Ontem à tarde</i>	81
<i>Augusto, Diogo e eu</i>	111
<i>Mapa de Angola / Malange</i>	112
De Malange, 1 de Setembro de 69	113

De Marimba, 5 de Setembro de 69	115
De Mangando, 16 de Setembro a 6 de Novembro de 69	119
De Luanda, 13 de Novembro de 69	146
De Marimba, 25 de Novembro de 69 a 25 de Janeiro de 70	147
<i>Três Batalhões (Fado do Regresso)</i>	154
<i>Natal do Combatente</i>	155
<i>O Meu Poço</i>	158
De Brito Godins, 4 de Fevereiro de 70	161
De Marimba, 16 a 20 de Fevereiro de 70	163
<i>Carta a Eça de Queiroz</i>	164
De Malange, 26 de Fevereiro de 70	167
De Luanda, 28 de Fevereiro de 70	168

INTRODUÇÃO

Durante a minha comissão militar, raramente escrevi aerogramas. Eram muito pequenos, muito básicos, serviam-me apenas para dar notícias breves, de circunstância. Não tinham o encanto das muitas folhas, fininhas, de avião, metidas num sobrescrito que ficava gordo de papel e de sentimentos. Nem o encanto adicional de fechá-lo, pesá-lo, pôr-lhe os selos (um só nunca bastava) e ficar a olhá-lo, imaginando o percurso que iria fazer até ao destino. O destino era a Metrópole, os entes queridos, sobretudo a ente querida (para quem foram escritas «apenas» 206 cartas, em dois anos e três meses).

Depois da comissão, foram esses sobrescritos metidos em dois sacos de pele de gamo comprados a artífices indígenas, trazidos como recordação. Ao fim de quatro décadas, a humidade da cave clamava ter aquela correspondência de sair dos sacos, antes de os deitar para o lixo.

Foi quando começaram a aparecer livros feitos à base da correspondência de guerra, uns melhores, outros piores, e a destinatária me alertou: «Olha que, nas tuas cartas, tens material para outro livro». Referia-se a *Arcanjos e Bons Demónios – Crónicas da Guerra de África*, o meu primeiro atrevimento literário.

A tentação tardou, mas foi mais forte: também eu iria pôr alguns extractos da minha correspondência em livro. Ninguém é perfeito...

Como os sobrescritos eram quase todos iguais e moroso o trabalho de tirar de lá a carta, desdobrá-la, lê-la, voltar a dobrá-la e metê-la de

novo, foram todas extraídas, desdobradas, alisadas e arquivadas em sequência cronológica, com significativo ganho de espaço e de facilidade de consulta.

Os sobrescritos foram deitados fora. Não sem antes retirar filatelicamente os selos, mergulhando-os em água até se descolarem. Depois de secos, levei-os a algumas lojas da especialidade, no intuito de os vender. Não sendo filatelista, não me interessavam. Verifiquei que também não interessavam às lojas. Selos daqueles havia-os aos montões, com 800 000 homens a terem passado pelo Ultramar durante os 14-15 anos da última guerra do nosso Império.

Enfatizo *nosso*, porque agora enviamos tropas para defender o Império dos outros, com chorudos salários e o primeiro-ministro a despedir-se pessoalmente de cada um dos quarenta ou cinquenta homens – agora também mulheres – que embarcam num avião para a Bósnia, Kosovo ou Afeganistão, onde chegarão umas horas mais tarde, andando lá de colete anti-bala, óculos de visão noturna, GPS para não se perderem e cobertura de movimentos por satélite. As novas tecnologias serão positivas, contrastando com as condições em que os 800 000 andaram em África nos anos 60-70 do século passado, mas as actuais despedidas sinto-as como um insulto a esses mesmos 800 000, despachados num amontoado de corpos durante 9, 11 ou 20 dias no mar, consoante o navio e a ex-província ultramarina onde iriam combater, sem o primeiro-ministro ter ido despedir-se deles ou, sequer, dirigir-lhes palavra. Mas isso é outra questão.

Das recordações e dos quase 3000 diapositivos feitos durante a comissão, saíram os episódios do outro livro já mencionado, publicado pela Hugin Editores em 1996, com 2.^a edição em 2002. Foi reeditado em 3.^a edição revista e aumentada, prefaciada por Manuel Barão da Cunha, acompanhada de um CD com 198 diapositivos, na Coleção *Fim do Império* (volume 5), pela DG Edições, em 2011. Esse livro foi escrito de memória.

A base de trabalho deste foram as referidas 206 cartas, onde relatava o que de mais significativo me acontecia. Ao relê-las, à distância de mais de 40 anos, verifiquei serem excessivas a rebeldia e intransigência de alguns comentários à vida militar, próprios da idade e de estar compelido a desempenhar temporariamente uma actividade não escolhida como futuro.

Igualmente podem parecer excessivas as constantes alusões à almejada data do regresso. Por um lado, mencionar o tempo cada vez mais curto que faltava era uma espécie de lenitivo, para os que estavam na guerra e para quem ansiava vê-los voltar. Os milicianos, porque não tinha sido aquela vida a desejada como carreira. Os militares profissionais, porque na sua maioria já eram casados, tinham mulher e filhos, por vezes não os tinham visto nascer ou não estavam a acompanhar o seu crescimento ou estudos, e já iam na terceira ou quarta comissão em África.

Mesmo os milicianos, pelo menos os muitos que conheci, entre oficiais, sargentos e praças, ainda que eventualmente contestando o regime, estavam ali de livre vontade, para cumprir o que sentiam ser um dever. Caso contrário, teriam sido refractários ou desertores, como tantos, hoje frequentemente exaltados (porque politicamente correcto) como detentores da razão, da verdade, do espírito de uma mudança cujo resultado está à vista. Contrapõem-se os incomparavelmente mais abundantes casos de soldados que trabalhavam em Espanha, França ou Alemanha e deixaram os seus empregos para vir combater pelos seus compatriotas em África. E os que, sendo emigrados de segunda geração e vivendo desde a infância no estrangeiro, possuindo dupla nacionalidade e podendo invocar serem cidadãos brasileiros, franceses, luxemburgueses ou alemães, preferiram assumir a sua condição de filhos de portugueses e ir para a guerra.

Pessoalmente, tenho pelas Forças Armadas do meu País o maior respeito, servi-as o melhor que pude, ainda que com a frescura dos vinte anos. Sinto que a minha passagem por elas foi positiva, como já nessa altura reconheci e adiante se lerá. Para a visão dos meus actuais 71 anos de idade, seguramente contribuiu a sorte, que outros não tiveram, de regressar inteiro, de corpo e de espírito; ou melhor, de espírito melhorado e amadurecido.

Também contribuiu a evolução posterior dos acontecimentos ser equívoca. Fui voluntariamente para a guerra em África por sentir um dever de solidariedade para com quem lá vivia e trabalhava honestamente, e pela convicção de que, se não houvesse intervenção armada, prosseguiria a chacina desencadeada em Março de 1961. Nesse particular, gostaria de fazer uma pergunta aos meus concidadãos pacifistas que condenaram a nossa intervenção militar e justificaram

a insurreição como uma reacção a 400 anos de exploração de recursos naturais e de pessoas (passando a miopia desta visão): Se, nesse Março de 61, tivessem vindo a Luanda tratar de assuntos com uma das filhas e, regressando à sua fazenda, ou serração, ou «comércio» em Nambuangongo, Quitexe ou Mucaba, vissem os seus outros filhos, irmãos e vizinhos esventrados, a mulher e filhas violadas e serradas vivas onde se cortavam os troncos, bebés caídos junto às paredes onde ainda se via massa encefálica por terem sido arremessados contra elas, como reagiriam? Com indignada firmeza e determinação, ou iriam procurar os agentes da carnificina e dizer-lhes:

– Aqui estou eu, pedindo desculpa por 400 anos de colonização, e aqui está a minha última filha que vos falta violar e esquartejar à catanada.

É fácil apregoar pacifismo quando não se foi vítima ou testemunha de torpe e alucinada barbárie, ainda por cima, orquestrada e apoiada do exterior.

Quem, como eu e mais 799 999 portugueses, lutou pela manutenção da paz e das condições de vida de quem lá estava, independentemente de cor, situação social ou credo, sentiu depois a vergonha de uma descolonização que os traiu e abandonou cobardemente. A ingenuidade dos acordos de Lusaka e Alvor, para quem tivesse alguma experiência de África, só não era inconcebível porque foi tragicamente real.

Nunca me causou estranheza de maior (apreensão, sim) uma independência dos territórios de administração portuguesa, desde que de transição tranquila, planeada, onde houvesse lugar para todos os que quisessem respeitar-se entre si. Os versos «Em lutar por terras negras / Qu'inda havemos de deixar» (pág. 58), escritos em 1968, eram premonitórios. Mas só quem andasse muito distraído ou fosse muito sonhador ignoraria que todas as independências negras, exceptuando a Libéria e a África do Sul (que não tinham metrópole), descambaram em ditaduras ferozes, onde o tribalismo e o partidarismo político levaram a guerras civis muito mais cruéis e destrutivas do que a repressão colonial europeia anterior. Ganância, avidez de poder e de privilégios, em contraste com a pobreza da maioria da população, eis o que desde logo ostentaram os novos dirigentes africanos, ironicamente oriundos de partidos, de início, dizendo-se marxistas. Com excepção de Mandela, evidentemente, para confirmar a regra.

No caso português, estarreceu-me, doeu-me e envergonhou-me uma entrega de pessoas e bens apressada, desistente, desleal e traiçoeira, que alguns, para se eximir a pesadíssimas responsabilidades, rotularam de exemplar. A maioria dos governantes que na antiga metrópole se lhes seguiu transformou a democracia numa mera palavra de camuflagem para interesses partidários e pessoais. Ao integrarmos uma comunidade europeia, tendo aprendido na escola que ao perder a independência se perde a liberdade, sofremos o paradoxo de, ao ganhar a liberdade, perdermos a independência, com dívidas e subserviências a governos estrangeiros, à banca estrangeira, a interesses estrangeiros. Mas isso são também outras questões.

Para estas páginas, aproveitei excertos de cartas onde não relatava episódios de guerra, senão passados com outras unidades, ou com a minha mas após algum tempo decorrido, para não angustiar inutilmente quem só desejava o meu bem-estar e regresso, são e salvo. Mesmo assim, não deixei de relatar a crueza de alguns, no sentido de ter a destinatária preparada para alguma eventual má notícia (fotografias mais sensíveis só foram mostradas depois do regresso).

Eis a razão por que este livro reflecte mais os episódios do dia-a-dia, reveladores do ambiente e do espírito da vida de quartel, naqueles por onde andou a Companhia 2308, excelentemente comandada pelo capitão-miliciano Fernando Silveira, do Batalhão de Caçadores de Infantaria 2832, sob o não menos excelente comando do tenente-coronel Pedro de Barcelos. Daí ter-lhe dado o subtítulo de «Correspondência pacífica de guerra».

Aqui vo-lo entrego.

Março de 2015